

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017/2016



**EDIÇÃO Nº 930 PALMAS-TO, SEXTA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 2020**

## Sumário:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	2
DIRETORIA-GERAL .....	3
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	4
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA.....	17
14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA.....	19
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTINÓPOLIS.....	20
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRÓPOLIS .....	21
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL.....	21



<https://www.mpto.mp.br/portal/servicos/diario-oficial>

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 128/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando o teor do protocolo nº 07010324241202023;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação ao servidor SÁVIO KLLIVER MAGALHÃES MOREIRA, Auxiliar Técnico – DAM 2, matrícula nº 120008, na Promotoria de Justiça de Palmeirópolis/TO, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2020.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 141/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2020, conforme Ato 108/2019, e o teor dos E-docs nº 07010324259202025, 07010324159202015, 07010324209202048 e 07010324390202092;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 1530, de 19 de dezembro de 2019, na parte que designou os Promotores de Justiça da 3ª Regional (Alvorada, Araguaçu, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Palmeirópolis, Peixe e Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia), que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2020, conforme escala adiante:

3ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Alvorada, Araguaçu, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Palmeirópolis, Peixe e Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
14 a 21/02/2020	Promotoria de Justiça de Peixe
07 a 14/02/2020	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi
27/03 a 03/04/2020	
30/04 a 08/05/2020	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 142/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017, Ato 052/2018 e protocolo Edoc nº 07010324290202066;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora KAROLINE SETUBA SILVA COELHO, matrícula nº 100210 para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área de Suporte de Serviços Administrativos, nos períodos de 11 a 14/02/2020 e 17 a 19/02/2020, durante o afastamento legal em razão de folga eleitoral da titular do cargo Maria Helena Lima Pereira Neves.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 143/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça KÁTIA CHAVES GALLIETA para, em conjunto com o Promotor de Justiça Fábio Vasconcellos Lang, responder, conjunta e cumulativamente, pela 20ª Promotoria de Justiça da Capital – TO, no dia 07 de fevereiro de 2020.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 144/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009; e

Considerando o teor do Mem/DGPPF/Nº 044/2020, de 06 de fevereiro de 2020, sob protocolo nº 07010321973202061;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR FELIPE CAMELO AYRES como prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional – TO, de segunda à sexta-feira, no horário de 09h às 12h, no período de 22/01/2020 a 22/01/2021.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA  
E-DOC n.º 07010322122202036

**DESPACHO Nº 056/2020** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, ainda a concordância dos Promotores de Justiça Rui Gomes Pereira da Silva Neto e Elizon de Sousa Medrado, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 108/2019, o pedido formulado pela Promotora de Justiça LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos no período de 19 a 21 de fevereiro de 2020, em compensação aos dias 19 e 20/01/2019 e 05 a 09/05/2019, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES JÚNIOR  
E-DOC: 07010323389202041

**DESPACHO Nº 057/2020** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, e ainda a concordância do Promotor de Justiça André Henrique Oliveira Leite, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 108/2019, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES JÚNIOR, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 07 de abril de 2020 e 09 e 10 de junho de 2020, em compensação aos dias 29 e 30/04/2017 e 16 a 20/01/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

ASSUNTO: Apoio remoto - NAPROM  
INTERESSADO: SAULO VINHAL DA COSTA  
PROCOLO: 07010324368202042

**DESPACHO Nº 058/2020** – Considerando as informações consignadas no Edoc nº 07010310286201987 e ainda as constantes no sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do ATO PGJ Nº 003/2019, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça Substituto SAULO VINHAL DA COSTA, para conceder Apoio Remoto à 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a partir desta, até a assunção do Titular da referida Promotoria de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de fevereiro de 2020.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA  
Procuradora-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIA DG Nº 047/2020

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GECEP, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010323946202023, em 06 de fevereiro de 2020, da lavra do(a) do Promotor de Justiça/Coordenador do GECEP.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Maronilda Oliveira Alvarenga, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, marcadas anteriormente de 24/02/2020 a 24/03/2020, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 07 de fevereiro de 2020.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

AUTOS Nº: 19.30.1516.0000175/2019-33

ASSUNTO: Adesão as Atas de Registro de Preços nº 067/2019, 070/2019, 071/2019 e 072/2019 – aquisição de equipamentos de informática.

INTERESSADO(A): PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.

**DESPACHO Nº 004/2020** – Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o art. 2º, inciso IV, alínea “a”, item 8 do Ato nº 033/2017, estando devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato nº 014/2013, se aplica ao Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no Ofício nº 017/GGF/GAB/PGM, de 22 de janeiro de 2020, da lavra do Procurador-Geral do Município do(a) Interessado(a), Mauro José Ribas, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 022/2020 – DL/DG/PGJ-TO, de 06 de fevereiro de 2020, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador das Atas em referência, respeitados os limites de adesão fixados nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão do (a) PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO às Atas de Registro de Preços nº 067/2019, 070/2019, 071/2019 e 072/2019 – aquisição de equipamentos de informática, conforme a seguir: ARP nº 067/2019 – itens 01 (10 un) e 02 (30 un), ARP nº 070/2019 – item 06 (25 un), ARP nº 071/2019 – item 07 (10 un) e ARP nº 072/2019 – item 08 (30 un), mediante autorização do Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, observados os prazos de vigência das Atas, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Revogo o Despacho nº 061/2019, publicado no DOMP nº 877, ambos de 12 de novembro de 2019.

Encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Licitações para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 07 de fevereiro de 2020.

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA DA 211ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 11/02/2020 – 9h

1. Apreciação de Ata;
2. Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 3ª Entrância:
  1. Autos CSMP nº 039/2019 – Edital nº 412/2019 – Cargo: 4º Promotor de Justiça da Capital. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  2. Autos CSMP nº 040/2019 – Edital nº 413/2019 – Cargo: 13º Promotor de Justiça da Capital. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  3. Autos CSMP nº 041/2019 – Edital nº 414/2019 - Cargo: 7º Promotor de Justiça de Porto Nacional. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  4. Autos CSMP nº 042/2019 – Edital nº 415/2019 - Cargo: 12º Promotor de Justiça da Capital. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
  5. Autos CSMP nº 043/2019 – Edital nº 416/2019 – Cargo: 1º Promotor de Justiça de Pedro Afonso. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
  6. Autos CSMP nº 044/2019 – Edital nº 417/2019 – Cargo: 5º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins. Critério: Merecimento (Relatora/Conselheira Ana Paula Reigota Ferreira Catini);
  7. Autos CSMP nº 045/2019 – Edital nº 418/2019 – Cargo: 5º Promotor de Justiça de Araguaína. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  8. Autos CSMP nº 046/2019 – Edital nº 419/2019 – Cargo: 14º Promotor de Justiça da Capital. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
  9. Autos CSMP nº 047/2019 – Edital nº 420/2019 – Cargo: 4º Promotor de Justiça de Araguaína. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  10. Autos CSMP 048/2019 – Edital nº 421/2019 – Cargo: 1º Promotor de Justiça de Araguaína. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
  11. Autos CSMP nº 049/2019 – Edital nº 422/2019 – Cargo: 1º Promotor de Justiça de Paraíso do

- Tocantins. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
12. Autos CSMP nº 050/2019 – Edital nº 423/2019 – Cargo: 2º Promotor de Justiça de Dianópolis. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
  13. Autos CSMP nº 051/2019 – Edital nº 424/2019 – Cargo: 2º Promotor de Justiça de Araguatins. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
3. Concursos de Remoção/Promoção de 2ª e 1ª Entrâncias (Não houve inscritos);
  4. Autos CSMP – REQ nº 031/2019 – Interessado: Promotora de Justiça Thaís Cairo Souza Lopes. Assunto: Requerimento de autorização para frequentar curso de Mestrado em “Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais” do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade de Direito de Vitória/ES, retirado de julgamento pelo Relator na 210ª Sessão Ordinária (Conselheiro João Rodrigues Filho);
  5. Autos CSMP – REQ nº 034/2019 – Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Recurso em face de decisão de indeferimento de anotação de pontuação por contribuição ao aprimoramento Institucional (E-doc nº 07010312910201981), remetido via Pedido de Providência de Classe II nº 63/2016 (Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
  6. Autos CSMP-REQ nº 001/2020 – Interessado: Promotor de Justiça Anton Klaus Matheus Morais Tavares. Assunto: Requerimento de regularização administrativa retroativa do direito de nomeação – E-doc nº 07010319840202025 (Relator/Conselheiro João Rodrigues);
  7. E-doc nº 07010320270202016 – Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha Relatório do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, referente ao 2ª Semestre de 2019 (Corregedor-Geral Marco Antonio Alves Bezerra);
  8. E-doc nº 07010322461202012 – Interessado: Coordenador do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Assunto: Encaminha, para aprovação, para fins do parágrafo único do art. 21 da Resolução CSMP nº 001/2012, o Projeto Pedagógico “Oficina de capacitação para a utilização do SINALID”, que ocorrerá dias 13 e 14 de fevereiro/2020 (Secretário José Demóstenes de Abreu);
  9. Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:
    1. E-doc nº 07010320336202078 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000087 (7ª P.J. de Porto Nacional);
    2. E-doc nº 07010320456202075 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006645 (P.J. de Palmeirópolis);
    3. E-doc nº 07010320458202064 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006644 (P.J. de Palmeirópolis);
  4. E-doc nº 07010320421202036 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000800 (14ª P.J. de Araguaína);
  5. E-doc nº 07010320421202036 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000800 (12ª P.J. de Araguaína);
  6. E-doc nº 07010320574202083 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000159 (2ª P.J. de Guaraí);
  7. E-doc nº 07010320572202094 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000156 (2ª P.J. de Guaraí);
  8. E-doc nº 07010320589202041 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006267 (2ª P.J. de Augustinópolis);
  9. E-doc nº 07010320642202012 - Inquérito Civil Público nº 2029.0007442 (7ª P.J. de Gurupi);
  10. E-doc nº 07010320844202056 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000197 (4ª P.J. de Porto Nacional);
  11. E-doc nº 07010320781202038 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000181 (2ª P.J. de Augustinópolis);
  12. E-doc nº 07010320951202084 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000212 (7ª P.J. de Porto Nacional);
  13. E-doc nº 07010320962202064 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000161 (2ª P.J. de Guaraí);
  14. E-doc nº 07010320901202013 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006203 (2ª P.J. de Augustinópolis);
  15. E-doc nº 07010321192202077 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000234 (P.J. de Palmeirópolis);
  16. E-doc nº 07010321246202011 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000264 (P.J. de Palmeirópolis);
  17. E-doc nº 07010321239202019 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007386 (P.J. de Palmeirópolis);
  18. E-doc nº 07010321237202011 - Inquérito Civil Público nº 2019.0008288 (P.J. de Palmeirópolis);
  19. E-doc nº 07010321222202045 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000259 (P.J. de Palmeirópolis);
  20. E-doc nº 07010321338202084 - Inquérito Civil Público nº 2019.0001406 (14ª P.J. de Araguaína);
  21. E-doc nº 07010321642202021 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000317 (P.J. de Palmeirópolis);
  22. E-doc nº 07010321641202087 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000313 (P.J. de Palmeirópolis);
  23. E-doc nº 07010321640202032 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000316 (P.J. de Palmeirópolis);
  24. E-doc nº 07010321639202016 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000315 (P.J. de Palmeirópolis);
  25. E-doc nº 07010321586202025 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000307 (P.J. de Palmeirópolis);
  26. E-doc nº 07010321599202011 - Inquérito Civil Público

- nº 2020.0000304 (P.J. de Palmeirópolis);
27. E-doc nº 07010321597202013 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000303 (P.J. de Palmeirópolis);
28. E-doc nº 07010321595202016 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000309 (P.J. de Palmeirópolis);
29. E-doc nº 07010321593202027 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000318 (P.J. de Palmeirópolis);
30. E-doc nº 07010321752202093 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000045 (8ª P.J. de Gurupi);
31. E-doc nº 07010321904202058 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000368 (P.J. de Palmeirópolis);
32. E-doc nº 07010321901202014 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000367 (P.J. de Palmeirópolis);
33. E-doc nº 07010321871202046 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000354 (P.J. de Palmeirópolis);
34. E-doc nº 07010321827202036 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000009 (P.J. de Tocantínia);
35. E-doc nº 07010322016202052 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007425 (P.J. de Augustinópolis);
36. E-doc nº 07010322021202065 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000382 (P.J. de Augustinópolis);
37. E-doc nº 07010322029202021 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006027 (23ª P.J. da Capital);
38. E-doc nº 07010322073202031 - Inquérito Civil Público nº 2019.0004461 (22ª P.J. da Capital);
39. E-doc nº 07010322108202032 - Inquérito Civil Público nº 2019.0005253 (P.J. de Paranã);
40. E-doc nº 07010322303202062 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000420 (P.J. de Palmeirópolis);
41. E-doc nº 07010322297202043 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000408 (P.J. de Palmeirópolis);
42. E-doc nº 07010322248202019 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);
43. E-doc nº 07010322241202099 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Goiatins);
44. E-doc nº 07010322306202012 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000421 (P.J. de Palmeirópolis);
45. E-doc nº 07010322315202097 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000423 (P.J. de Palmeirópolis);
46. E-doc nº 07010322312202053 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000422 (P.J. de Palmeirópolis);
47. E-doc nº 07010322405202088 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000435 (P.J. de Ananás);
48. E-doc nº 07010322257202018 - Inquérito Civil Público nº 2019.0003629 (P.J. de Ananás);
49. E-doc nº 07010322511202061 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000448 (P.J. de Palmeirópolis);
50. E-doc nº 07010322529202063 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000449 (P.J. de Palmeirópolis);
51. E-doc nº 07010322522202041 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009505 (28ª P.J. da Capital);
52. E-doc nº 07010322691202081 - Inquérito Civil Público nº 2020.0005360 (7ª P.J. de Porto Nacional);
53. E-doc nº 07010322677202088 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008737 (P.J. de Ananás);
54. E-doc nº 07010322644202038 - Inquérito Civil Público nº 2019.0003821 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
55. E-doc nº 07010322811202041 - Inquérito Civil Público nº 2019.0002519 (P.J. de Ananás);
56. E-doc nº 07010322760202057 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000198 (P.J. de Ananás);
57. E-doc nº 07010322911202077 - Inquérito Civil Público nº 2019.0005210 (P.J. de Ananás);
58. E-doc nº 07010322971202091 - Inquérito Civil Público nº 2019.0006170 (6ª P.J. de Araguaína);
59. E-doc nº 07010322954202052 - Inquérito Civil Público nº 2019.0008191 (1ª P.J. de Miranorte);
60. E-doc nº 07010322983202014 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000498 (2ª P.J. de Augustinópolis);
61. E-doc nº 07010323279202089 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007575 (7ª P.J. de Gurupi);
62. E-doc nº 07010323208202086 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009719 (9ª P.J. da Capital);
63. E-doc nº 07010323310202081 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000533 (2ª P.J. de Augustinópolis);
64. E-doc nº 07010323337202074 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000503 (5ª P.J. de Porto Nacional);
65. E-doc nº 07010323361202011 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000541 (P.J. de Palmeirópolis);
66. E-doc nº 07010323353202067 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007128 (5ª P.J. de Porto Nacional);
67. E-doc nº 07010323463202029 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000555 (P.J. de Palmeirópolis);
68. E-doc nº 07010323457202071 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000554 (P.J. de Palmeirópolis);
69. E-doc nº 07010323452202049 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000553 (P.J. de Palmeirópolis);
70. E-doc nº 07010323434202067 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000550 (P.J. de Palmeirópolis);

71. E-doc nº 07010323656202081 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007315 (1ª P.J. de Miranorte);
72. E-doc nº 07010323903202048 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000583 (4ª P.J. de Porto Nacional);
73. E-doc nº 07010324082202067 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006026 (12ª P.J. de Araguaína);
74. E-doc nº 07010324084202056 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009756 (12ª P.J. de Araguaína);
75. E-doc nº 07010324073202076 - Inquérito Civil Público nº 2019.0004565 (P.J. de Wanderlândia);
76. E-doc nº 07010324063202031 - Inquérito Civil Público nº 2019.0003812 (P.J. de Wanderlândia);
77. E-doc nº 07010323868202067 - Inquérito Civil Público nº 2019.0004688 (23ª P.J. da Capital);
78. E-doc nº 07010323956202069 - Inquérito Civil Público nº 2019.0003406 (14ª P.J. de Araguaína);
79. E-doc nº 07010323952202081 - Inquérito Civil Público nº 2019.0003156 (14ª P.J. de Araguaína);
80. E-doc nº 07010323769202085 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000503 (5ª P.J. de Porto Nacional);
81. E-doc nº 07010323767202096 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007128 (5ª P.J. de Porto Nacional);
82. E-doc nº 07010320126202081 – Inquérito Civil Público nº 2019.0002563 (P.J. de Natividade);
83. E-doc nº 07010320155202041 – Inquérito Civil Público nº 2019.0000544 (P.J. de Natividade);
84. E-doc nº 07010320172202089– Inquérito Civil Público nº 2019.0003889 (P.J. de Natividade);
85. E-doc nº 07010320173202023 – Inquérito Civil Público nº 2019.0003888 (P.J. de Natividade);
86. E-doc nº 07010320156202096 – Inquérito Civil Público nº 2019.0001332 (P.J. de Natividade);
87. E-doc nº 07010320159202021 – Inquérito Civil Público nº 2019.0003884 (P.J. de Natividade);
88. E-doc nº 07010320160202054 – Inquérito Civil Público nº 2019.0003885 (P.J. de Natividade);
89. E-doc nº 07010320283202095 – Inquérito Civil Público nº 2019.0005242 (P.J. de Xambioá);
90. E-doc nº 07010320284202031 – Inquérito Civil Público nº 2019.0005241 (P.J. de Xambioá);
91. E-doc nº 07010320353202013– Inquérito Civil Público nº 2019.0007509 (2ª P.J. de Augustinópolis);
92. E-doc nº 07010320513202016 – Inquérito Civil Público nº 2019.0007598 (2ª P.J. de Augustinópolis);
93. E-doc nº 07010320655202083 – Inquérito Civil Público nº 2019.0007637 (P.J. de Ananás);
94. E-doc nº 07010320656202028 – Inquérito Civil Público nº 2019.0008329 (P.J. de Ananás);
95. E-doc nº 07010320605202012 – Inquérito Civil Público nº 2019.0005893 (P.J. de Goiatins);
96. E-doc nº 07010320613202042 – Inquérito Civil Público nº 2019.0004963 (P.J. de Goiatins);
97. E-doc nº 07010320652202041 – Inquérito Civil Público nº 2019.0004562 (P.J. de Ananás);
98. E-doc nº 07010320646202092 – Inquérito Civil Público nº 2019.0005308 (P.J. de Wanderlândia);
99. E-doc nº 07010320668202052 – Inquérito Civil Público nº 2020.0000170 (4ª P.J. de Porto Nacional);
100. E-doc nº 07010321023202037 – Inquérito Civil Público nº 2020.0000231 (P.J. de Palmeirópolis);
101. E-doc nº 07010321100202059 – Inquérito Civil Público nº 2019.0000890 (14ª P.J. de Araguaína);
102. E-doc nº 07010321103202092 – Inquérito Civil Público nº 2019.0000892 (14ª P.J. de Araguaína);
103. E-doc nº 07010321452202012 – Inquérito Civil Público nº 2020.0000308 (P.J. de Palmeirópolis);
104. E-doc nº 07010321724202076 – Inquérito Civil Público nº 2019.0008130 (2ª P.J. de Augustinópolis);
105. E-doc nº 07010321717202074 – Inquérito Civil Público nº 2019.0005115 (22ª P.J. da Capital);
106. E-doc nº 07010321720202098 – Inquérito Civil Público nº 2019.0004467 (22ª P.J. da Capital);
107. E-doc nº 07010321800202043 – Inquérito Civil Público nº 2020.0000314 (P.J. de Palmeirópolis);
10. Expedientes comunicando instauração de Procedimentos Preparatórios:
1. E-doc nº 07010320524202012 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005369 (P.J. de Palmeirópolis);
2. E-doc nº 07010320555202057 - Procedimento Preparatório nº 2019.0008219 (23ª P.J. da Capital);
3. E-doc nº 07010320795202051 - Procedimento Preparatório nº 2019.0006838 (27ª P.J. da Capital);
4. E-doc nº 07010320879202095 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000152 (22ª P.J. da Capital);
5. E-doc nº 07010320874202062 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005530 (15ª P.J. da Capital);
6. E-doc nº 07010321105202081 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005385 (14ª P.J. de Araguaína);
7. E-doc nº 07010321235202014 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000263 (P.J. de Palmeirópolis);

8. E-doc nº 07010321233202025 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000262 (P.J. de Palmeirópolis);
9. E-doc nº 07010321231202036 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000261 (P.J. de Palmeirópolis);
10. E-doc nº 07010321229202067 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000260 (P.J. de Palmeirópolis);
11. E-doc nº 07010321304202091 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000277 (8ª P.J. de Araguaína);
12. E-doc nº 07010321302202017 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000276 (8ª P.J. de Araguaína);
13. E-doc nº 07010321301202056 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000275 (8ª P.J. de Araguaína);
14. E-doc nº 07010321300202011 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000274 (8ª P.J. de Araguaína);
15. E-doc nº 07010321299202015 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000273 (8ª P.J. de Araguaína);
16. E-doc nº 07010321297202026 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000272 (8ª P.J. de Araguaína);
17. E-doc nº 07010321296202081 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000271 (8ª P.J. de Araguaína);
18. E-doc nº 07010321294202092 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000270 (8ª P.J. de Araguaína);
19. E-doc nº 07010321278202016 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000269 (8ª P.J. de Araguaína);
20. E-doc nº 07010321322202071 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003620 (14ª P.J. de Araguaína);
21. E-doc nº 07010321329202093 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003493 (14ª P.J. de Araguaína);
22. E-doc nº 07010321636202074 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005753 (14ª P.J. de Araguaína);
23. E-doc nº 07010321825202047 - Procedimento Preparatório nº 2019.0008362 (22ª P.J. da Capital);
24. E-doc nº 07010322130202082 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000395 (P.J. de Palmeirópolis);
25. E-doc nº 07010322128202011 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000394 (P.J. de Palmeirópolis);
26. E-doc nº 07010322126202014 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000393 (P.J. de Palmeirópolis);
27. E-doc nº 07010322119202012 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000392 (P.J. de Palmeirópolis);
28. E-doc nº 07010321994202087 - Procedimento Preparatório nº 2019.0008029 (10ª P.J. da Capital);
29. E-doc nº 07010322197202017 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005995 (P.J. de Palmeirópolis);
30. E-doc nº 07010322221202018 - Procedimento Preparatório nº 2019.0006157 (P.J. de Goiatins);
31. E-doc nº 07010322212202027 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005590 (P.J. de Goiatins);
32. E-doc nº 07010322240202044 - Procedimento Preparatório nº 2019.0004414 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
33. E-doc nº 07010322666202014 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005701 (12ª P.J. de Araguaína);
34. E-doc nº 07010322664202017 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005667 (12ª P.J. de Araguaína);
35. E-doc nº 07010322658202051 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005669 (12ª P.J. de Araguaína);
36. E-doc nº 07010322715202019 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005668 (12ª P.J. de Araguaína);
37. E-doc nº 07010322664202017 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005667 (12ª P.J. de Araguaína);
38. E-doc nº 07010322666202014 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005701 (12ª P.J. de Araguaína);
39. E-doc nº 07010322738202015 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005877 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
40. E-doc nº 07010323213202099 - Procedimento Preparatório nº 2019.0008029 (22ª P.J. da Capital);
41. E-doc nº 07010323299202051 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000531 (27ª P.J. da Capital);
42. E-doc nº 07010323327202039 - Procedimento Preparatório nº 2019.0006032 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
43. E-doc nº 07010323324202011 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005891 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
44. E-doc nº 07010323315202012 - Procedimento Preparatório nº 2020.0000001 (19ª P.J. da Capital);
45. E-doc nº 07010323414202096 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005298 (15ª P.J. da Capital);
46. E-doc nº 07010324086202045 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005784 (12ª P.J. de Araguaína);
47. E-doc nº 07010320387202016 - Procedimento preparatório nº 2019.0005582 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins)
48. E-doc nº 07010320389202099 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005580 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
49. E-doc nº 07010320428202058 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005134 (14ª P.J. de Araguaína);
50. E-doc nº 07010320654202039 - Procedimento Preparatório nº 2019.0005351 (14ª P.J. de Araguaína);

51. E-doc nº 07010320643202059 – Procedimento Preparatório nº 2019.0005367 (14ª P.J. de Araguaína);
52. E-doc nº 07010321467202072 – Procedimento Preparatório nº 2020.0000322 (P.J. de Palmeirópolis);
53. E-doc nº 07010321469202061 – Procedimento Preparatório nº 2020.0000323 (P.J. de Palmeirópolis);
11. Expedientes informando instauração de Procedimentos Administrativos:
1. E-doc nº 07010320525202041 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005286 (15ª P.J. da Capital);
2. E-doc nº 07010320544202077 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006282 (9ª P.J. de Araguaína);
3. E-doc nº 07010320530202053 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005559 (P.J. de Wanderlândia);
4. E-doc nº 07010320817202083 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000188 (17ª P.J. da Capital);
5. E-doc nº 07010320909202063 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000202 (P.J. de Xambioá);
6. E-doc nº 07010320928202091 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000204 (P.J. de Xambioá);
7. E-doc nº 07010320949202013 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000211 (7ª P.J. de Porto Nacional);
8. E-doc nº 07010321164202051 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008114 (7ª P.J. de Gurupi);
9. E-doc nº 07010321202202074 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000233 (P.J. de Palmeirópolis);
10. E-doc nº 07010321342202042 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006646 (P.J. de Palmeirópolis);
11. E-doc nº 07010321351202033 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000293 (P.J. de Palmeirópolis);
12. E-doc nº 07010321357202019 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000298 (P.J. de Palmeirópolis);
13. E-doc nº 07010321382202094 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000172 (5ª P.J. de Araguaína);
14. E-doc nº 07010321385202028 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000174 (5ª P.J. de Araguaína);
15. E-doc nº 07010321376202037 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000302 (27ª P.J. da Capital);
16. E-doc nº 07010321897202094 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000366 (P.J. de Palmeirópolis);
17. E-doc nº 07010321895202011 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000365 (P.J. de Palmeirópolis);
18. E-doc nº 07010321893202014 - Procedimento Administrativo nº 2020.000036 (P.J. de Palmeirópolis);
19. E-doc nº 07010321891202017 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000363 (P.J. de Palmeirópolis);
20. E-doc nº 07010321883202071 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000362 (P.J. de Palmeirópolis);
21. E-doc nº 07010321853202064 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000187 (27ª P.J. da Capital);
22. E-doc nº 07010321967202012 - Procedimento Administrativo nº 2020.0005545 (6ª P.J. de Araguaína);
23. E-doc nº 07010322091202013 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000338 (27ª P.J. da Capital);
24. E-doc nº 07010322089202044 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000390 (27ª P.J. da Capital);
25. E-doc nº 07010322082202022 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000378 (P.J. de Palmeirópolis);
26. E-doc nº 07010321989202074 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007736 (6ª P.J. de Porto Nacional);
27. E-doc nº 07010322007202061 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000381 (23ª P.J. da Capital);
28. E-doc nº 07010322077202011 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000377 (P.J. de Palmeirópolis);
29. E-doc nº 07010322068202029 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005752 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
30. E-doc nº 07010322175202057 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000400 (27ª P.J. da Capital);
31. E-doc nº 07010322188202026 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000403 (27ª P.J. da Capital);
32. E-doc nº 07010322204202081 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005732 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
33. E-doc nº 07010322275202083 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000124 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
34. E-doc nº 07010322374202065 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000300 (5ª P.J. de Araguaína);
35. E-doc nº 07010322706202011 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000466 (27ª P.J. da Capital);

36. E-doc nº 07010322687202013 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005541 (5ª P.J de Gurupi);
37. E-doc nº 07010322676202033 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000425 (5ª P.J de Araguaína);
38. E-doc nº 07010322731202095 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008237 (1ª P.J de Miranorte);
39. E-doc nº 07010322787202041 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000453 (P.J de Palmeirópolis);
40. E-doc nº 07010322785202051 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000452 (P.J de Palmeirópolis);
41. E-doc nº 07010322962202015 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000495 (6ª P.J. de Porto Nacional);
42. E-doc nº 07010322960202018 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000494 (6ª P.J. de Porto Nacional);
43. E-doc nº 07010322964202098 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000496 (6ª P.J. de Porto Nacional);
44. E-doc nº 07010323155202011 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005947 (4ª P.J. de Colinas do Tocantins);
45. E-doc nº 07010323259202016 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005918 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
46. E-doc nº 07010323309202057 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000532 (27ª P.J. da Capital);
47. E-doc nº 07010323478202097 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000556 (P.J. de Palmeirópolis);
48. E-doc nº 07010323907202026 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005374 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
49. E-doc nº 07010323909202015 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005381 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
50. E-doc nº 07010323911202094 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005386 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
51. E-doc nº 07010323954202071 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000460 (5ª P.J. de Araguaína);
52. E-doc nº 07010323962202016 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000461 (5ª P.J. de Araguaína);
53. E-doc nº 07010323872202025 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008240 (2ª P.J. de Guaraí);
54. E-doc nº 07010320152202016 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000092 (P.J. de Xambioá);
55. E-doc nº 07010320196202038 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000096 (6ª P.J. de Porto Nacional);
56. E-doc nº 07010320200202068 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000097 (6ª P.J. de Porto Nacional);
57. E-doc nº 07010320203202018 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000098 (6ª P.J. de Porto Nacional);
58. E-doc nº 07010320206202035 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000099 (6ª P.J. de Porto Nacional);
59. E-doc nº 07010320209202079 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000100 (6ª P.J. de Porto Nacional);
60. E-doc nº 07010320262202071 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000106 (7ª P.J. de Porto Nacional);
61. E-doc nº 07010320325202098 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005613 (P.J. de Xambioá);
62. E-doc nº 07010320322202054 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005416 (P.J. de Xambioá);
63. E-doc nº 07010320337202012 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005240 (P.J. de Xambioá);
64. E-doc nº 07010320327202087 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005216 (P.J. de Xambioá);
65. E-doc nº 07010320429202019 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005514 (P.J. de Wanderlândia);
66. E-doc nº 07010320433202061 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005627 (P.J. de Wanderlândia);
67. E-doc nº 07010320442202051 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000137 (6ª P.J. de Porto Nacional);
68. E-doc nº 07010320445202095 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000138 (6ª P.J. de Porto Nacional);
69. E-doc nº 07010320448202029 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000139 (6ª P.J. de Porto Nacional);
70. E-doc nº 07010320451202042 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000140 (6ª P.J. de Porto Nacional);
71. E-doc nº 07010320454202086 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000141 (6ª P.J. de Porto Nacional);

72. E-doc nº 07010320459202017 – Procedimento Administrativo nº 2019.0005813 (P.J. de Palmeirópolis);
73. E-doc nº 07010320461202088 – Procedimento Administrativo nº 2019.0006490 (P.J. de Palmeirópolis);
74. E-doc nº 07010320385202019 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007727 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
75. E-doc nº 07010320382202077 – Procedimento Administrativo nº 2017.0001933 (4ª P.J. de Colinas do Tocantins);
76. E-doc nº 07010320394202018 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000123 (6ª P.J. de Araguaína);
77. E-doc nº 07010320413202091 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007850 (P.J. de Wanderlândia);
78. E-doc nº 07010320658202017 – Procedimento Administrativo nº 2019.0006807 (P.J. de Palmeirópolis);
79. E-doc nº 07010320658202017 – Procedimento Administrativo nº 2019.0006808 (P.J. de Palmeirópolis);
80. E-doc nº 07010320660202096 – Procedimento Administrativo nº 2019.0006809 (P.J. de Palmeirópolis);
81. E-doc nº 07010320664202074 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000021 (P.J. de Palmeirópolis);
82. E-doc nº 07010320666202063 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000020 (P.J. de Palmeirópolis);
83. E-doc nº 07010320607202095 – Procedimento Administrativo nº 2019.0005884 (P.J. de Goiatins);
84. E-doc nº 07010320629202055 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007441 (11ª P.J. de Araguaína);
85. E-doc nº 07010320755202018 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000077 (5ª P.J. de Araguaína);
86. E-doc nº 07010320997202011 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000217 (8ª P.J. de Araguaína);
87. E-doc nº 07010320998202048 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000218 (8ª P.J. de Araguaína);
88. E-doc nº 07010320999202092 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000219 (8ª P.J. de Araguaína);
89. E-doc nº 07010321000202022 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000220 (8ª P.J. de Araguaína);
90. E-doc nº 07010321001202077 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000221 (8ª P.J. de Araguaína);
91. E-doc nº 07010321028202061 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007286 (P.J. de Palmeirópolis);
92. E-doc nº 07010321030202039 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007285 (P.J. de Palmeirópolis);
93. E-doc nº 07010321031202083 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000458 (P.J. de Palmeirópolis);
94. E-doc nº 07010321002202011 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000222 (8ª P.J. de Araguaína);
95. E-doc nº 07010321003202066 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000223 (8ª P.J. de Araguaína);
96. E-doc nº 07010321004202019 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000224 (8ª P.J. de Araguaína);
97. E-doc nº 07010321005202055 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000225 (8ª P.J. de Araguaína);
98. E-doc nº 07010321006202016 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000226 (8ª P.J. de Araguaína);
99. E-doc nº 07010321007202044 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000227 (8ª P.J. de Araguaína);
100. E-doc nº 07010321008202099 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000228 (8ª P.J. de Araguaína);
101. E-doc nº 07010321011202011 – Procedimento Administrativo nº 2019.0005643 (8ª P.J. de Araguaína);
102. E-doc nº 07010321137202087 – Procedimento Administrativo nº 2019.0003617 (P.J. de Filadélfia);
103. E-doc nº 07010321140202017 – Procedimento Administrativo nº 2019.0003455 (P.J. de Filadélfia);
104. E-doc nº 07010321460202051 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004564 (P.J. de Palmeirópolis);
105. E-doc nº 07010321463202094 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000321 (P.J. de Palmeirópolis);
106. E-doc nº 07010321454202011 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000320 (P.J. de Palmeirópolis);
107. E-doc nº 07010321781202055 – Procedimento

Administrativo nº 2020.0000349 (8ª P.J. de Araguaína);

12. Expedientes comunicando Ajuizamento de Ação Civil Pública – ACP:

1. E-doc nº 07010321733202067 – Inquérito Civil Público nº 47/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
2. E-doc nº 07010322042202081 – Inquérito Civil Público nº 2019.0007637 (P.J. de Ananás);
3. E-doc nº 07010322408202011 – Inquérito Civil Público nº 044/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
4. E-doc nº 07010322408202011 – Inquérito Civil Público nº 045/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
5. E-doc nº 07010322348202037 – Inquérito Civil Público nº 2019.0008329 (P.J. de Ananás);
6. E-doc nº 07010322707202056 – Inquérito Civil Público nº 2020.0000435 (P.J. de Ananás);
7. E-doc nº 07010323344202076 – Inquérito Civil Público nº 002/2004 (P.J. Regional Ambiental do Bico do Papagaio);
8. E-doc nº 07010323598202094 – Inquérito Civil Público nº 2019.0007275 (6ª P.J. de Gurupi);
9. E-doc nº 07010320271202061 – Inquérito Civil Público nº 017/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
10. E-doc nº 07010320148202041 – Procedimento Administrativo nº 2020.0000091 (P.J. de Xambioá);
11. E-doc nº 07010320768202089 – Inquérito Civil Público nº 033/2017 (6ª P.J. de Araguaína);
12. E-doc nº 07010321753202038 - Inquérito Civil Público nº 007/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
13. E-doc nº 07010321753202038 - Inquérito Civil Público nº 008/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
14. E-doc nº 07010321777202097 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003982 (6ª P.J. de Araguaína);

13. Expedientes informando arquivamento de Procedimentos Extrajudiciais:

1. E-doc nº 07010320512202071 - Inquérito Civil Público nº 057/2017 (P.J. de Aurora);
2. E-doc nº 07010321193202011 - Inquérito Civil Público nº 2019.0005054 (2ª P.J. de Augustinópolis);
3. E-doc nº 07010321843202029 - Inquérito Civil Público nº 2019.0002124 (1ª P.J. de Guaraí);
4. E-doc nº 07010322967202021 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000316 (2ª P.J. de Augustinópolis);
5. E-doc nº 07010323332202041 - Inquérito Civil Público nº 2019.0007184 (5ª P.J. de Porto Nacional);

6. E-doc nº 07010323427202065 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002178 (P.J. de Palmeirópolis);

7. E-doc nº 07010323425202076 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008746 (P.J. de Palmeirópolis);

8. E-doc nº 07010323421202098 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001306 (P.J. de Palmeirópolis);

9. E-doc nº 07010323989202017 - Inquérito Civil Público nº 2019.0000054 (2ª P.J. de Augustinópolis);

10. E-doc nº 07010323774202098 - Inquérito Civil Público nº 192/2016 (6ª P.J. de Araguaína);

11. E-doc nº 07010320425202014 - Procedimento Preparatório nº 2019.0000883 (14ª P.J. de Araguaína);

12. E-doc nº 07010320400202011 - Procedimento Administrativo nº 2019.0000399 (P.J. de Ananás);

13. E-doc nº 07010320499202051 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006022 (19ª P.J. da Capital);

14. E-doc nº 07010320512202071 - Procedimento Administrativo nº 001/2017 (P.J. de Aurora);

15. E-doc nº 07010320595202015 - Procedimento Administrativo nº 2019.0010319 (19ª P.J. da Capital);

16. E-doc nº 07010320818202028 - Procedimento Administrativo nº 2018.0010089 (7ª P.J. de Porto Nacional);

17. E-doc nº 07010320801202071 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007621 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);

18. E-doc nº 07010320912202087 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006802 (6ª P.J. de Gurupi);

19. E-doc nº 07010320969202086 - Procedimento Administrativo nº 2019.0000683 (2ª P.J. de Guaraí);

20. E-doc nº 07010320968202031 - Procedimento Administrativo nº 2019.0000682 (2ª P.J. de Guaraí);

21. E-doc nº 07010321117202014 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007630 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);

22. E-doc nº 07010321117202014 - Procedimento Administrativo nº 2019.0004765 (P.J. de Ananás);

23. E-doc nº 07010321114202072 - Procedimento Administrativo nº 2019.0000399 (P.J. de Ananás);

24. E-doc nº 07010320970202019 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000137 (6ª P.J. de Araguaína);

25. E-doc nº 07010321119202011 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007637 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);

26. E-doc nº 07010321098202018 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009697 (P.J. de Ananás);

27. E-doc nº 07010321096202029 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006461 (P.J. de Ananás);
28. E-doc nº 07010321365202057 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007953 (7ª P.J. de Porto Nacional);
29. E-doc nº 07010321756202071 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001985 (P.J. de Xambioá);
30. E-doc nº 07010321831202011 - Procedimento Administrativo nº 2018.0010279 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
31. E-doc nº 07010321851202075 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005052 (27ª P.J. da Capital);
32. E-doc nº 07010321795202079 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005111 (P.J. de Palmeirópolis);
33. E-doc nº 07010321804202021 - Procedimento Administrativo nº 2019.0004825 (P.J. de Figueirópolis);
34. E-doc nº 07010321959202068 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002915 (19ª P.J. da Capital);
35. E-doc nº 07010321980202063 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007846 (7ª P.J. de Porto Nacional);
36. E-doc nº 07010321977202041 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008568 (7ª P.J. de Porto Nacional);
37. E-doc nº 07010321978202094 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008819 (7ª P.J. de Porto Nacional);
38. E-doc nº 07010321995202021 - Procedimento Administrativo nº 2017.0000414 (23ª P.J. da Capital);
39. E-doc nº 07010322034202034 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002286 (P.J. de Alvorada);
40. E-doc nº 07010322032202045 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002288 (P.J. de Alvorada);
41. E-doc nº 07010322376202054 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006014 (19ª P.J. da Capital);
42. E-doc nº 07010322372202076 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006220 (5ª P.J. de Araguaína);
43. E-doc nº 07010322370202087 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007927 (5ª P.J. de Araguaína);
44. E-doc nº 07010322367202063 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007550 (5ª P.J. de Araguaína);
45. E-doc nº 07010322364202021 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006482 (5ª P.J. de Araguaína);
46. E-doc nº 07010322361202096 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008334 (5ª P.J. de Araguaína);
47. E-doc nº 07010322460202078 - Procedimento Administrativo nº 2019.0000525 (2ª P.J. de Guaraí);
48. E-doc nº 07010322328202066 - Procedimento Administrativo nº 002/2015 (P.J. de Xambioá);
49. E-doc nº 07010322328202066 - Procedimento Administrativo nº 002/2013 (P.J. de Xambioá);
50. E-doc nº 07010322525202085 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007286 (P.J. de Palmeirópolis);
51. E-doc nº 07010322537202018 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006809 (P.J. de Palmeirópolis);
52. E-doc nº 07010322532202087 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006646 (P.J. de Palmeirópolis);
53. E-doc nº 07010322674202044 - Procedimento Administrativo nº 2019.0008185 (5ª P.J. de Araguaína);
54. E-doc nº 07010322754202016 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005828 (19ª P.J. da Capital);
55. E-doc nº 07010322794202041 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002822 (P.J. de Palmeirópolis);
56. E-doc nº 07010322791202016 - Procedimento Administrativo nº 2019.0010560 (P.J. de Palmeirópolis);
57. E-doc nº 07010323257202019 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001728 (9ª P.J. de Araguaína);
58. E-doc nº 07010323260202032 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001732 (9ª P.J. de Araguaína);
59. E-doc nº 07010323265202065 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001731 (9ª P.J. de Araguaína);
60. E-doc nº 07010323268202 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001729 (9ª P.J. de Araguaína);
61. E-doc nº 07010323270202078 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001727 (9ª P.J. de Araguaína);
62. E-doc nº 07010323272202067 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001725 (9ª P.J. de Araguaína);
63. E-doc nº 07010323272202067 - Procedimento Administrativo nº 2019.0001725 (9ª P.J. de Araguaína);
64. E-doc nº 07010323408202039 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006490 (P.J. de Palmeirópolis);
65. E-doc nº 07010323402202061 - Procedimento Administrativo nº 2020.0000021 (P.J. de Palmeirópolis);
66. E-doc nº 07010323368202025 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006121 (27ª P.J. da Capital);
67. E-doc nº 07010323369202071 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006130 (27ª P.J. da Capital);

68. E-doc nº 07010323370202011 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006127 (27ª P.J. da Capital);
69. E-doc nº 07010323371202049 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006124 (27ª P.J. da Capital);
70. E-doc nº 07010323374202082 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006095 (27ª P.J. da Capital);
71. E-doc nº 07010323471202075 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002051 (P.J. de Porto Nacional);
72. E-doc nº 07010323707202073 - Procedimento Administrativo nº 2029.0003228 (1ª P.J. de Miranorte);
73. E-doc nº 07010324050202061 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009708 (6ª P.J. de Porto Nacional);
74. E-doc nº 07010324052202051 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009706 (6ª P.J. de Porto Nacional);
75. E-doc nº 07010324053202011 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009692 (6ª P.J. de Porto Nacional);
76. E-doc nº 07010324054202041 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009940 (6ª P.J. de Porto Nacional);
77. E-doc nº 07010324066202074 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007707 (6ª P.J. de Porto Nacional);
78. E-doc nº 07010323950202091 - Procedimento Administrativo nº 2019.0006481 (5ª P.J. de Araguaína);
79. E-doc nº 07010321838202016 – Notícia de Fato nº 2019.0000783 (1ª P.J. de Guaraí);
80. E-doc nº 07010321836202027 – Notícia de Fato nº 2019.0006406 (1ª P.J. de Guaraí);
81. E-doc nº 07010321834202038 – Notícia de Fato nº 2019.0009581 (1ª P.J. de Guaraí);
82. E-doc nº 07010323275202017 – Notícia de Fato nº 2019.0007268 (9ª P.J. de Araguaína);
83. E-doc nº 07010320308202051 – Procedimento Administrativo nº 2018.0009607 (6ª P.J. de Gurupi);
84. E-doc nº 07010320659202061 – Procedimento Administrativo nº 2019.0004765 (P.J. de Ananás);
85. E-doc nº 07010320609202084 – Procedimento Administrativo nº 2018.0010304 (19ª P.J. da Capital);
86. E-doc nº 07010320751202021 – Procedimento Administrativo nº 2019.0008036 (5ª P.J. de Araguaína);
87. E-doc nº 07010320747202063 – Procedimento Administrativo nº 2019.0007227 (5ª P.J. de Araguaína);
88. E-doc nº 07010320757202015 – Procedimento Administrativo nº 2019.0008335 (5ª P.J. de Araguaína);
89. E-doc nº 07010320753202011 – Procedimento Administrativo nº 2019.0004704 (5ª P.J. de Araguaína);
90. E-doc nº 07010320746202019 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007551 (5ª P.J. de Araguaína);
91. E-doc nº 07010320745202074 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007925 (5ª P.J. de Araguaína);
92. E-doc nº 07010321497202089 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007749 (7ª P.J. de Porto Nacional);
93. E-doc nº 07010321498202023 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008366 (7ª P.J. de Porto Nacional);
94. E-doc nº 07010321669202014 - Procedimento Administrativo nº 2019.0007237 (2ª P.J. de Augustinópolis);
95. E-doc nº 07010321701202061 - Procedimento Administrativo nº 2019.0002785 (P.J. de Xambioá);
96. E-doc nº 07010321608202057 – Notícia de Fato nº 2019.0002035 (1ª P.J. de Guaraí);
97. E-doc nº 07010321612202015 – Notícia de Fato nº 2019.0004626 (1ª P.J. de Guaraí);
98. E-doc nº 07010321611202071 – Notícia de Fato nº 2019.0004160 (1ª P.J. de Guaraí);
99. E-doc nº 07010321617202048 – Notícia de Fato nº 2019.0002228 (1ª P.J. de Guaraí);
14. Expedientes informando remessa de Procedimento Extrajudicial a outra Promotoria de Justiça:
1. E-doc nº 07010319936202093 – Remessa do Inquérito Civil Público nº 006/2015 à 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi (6ª P.J. de Gurupi);
2. E-doc nº 07010321878202068 – Remessa do Inquérito Civil Público nº 2018.0008572 à sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins (2ª P.J. de Colméia);
3. E-doc nº 07010320576202072 – Remessa do Procedimento Administrativo nº 2018.0008092 à 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins (2ª P.J. de Guaraí);
4. E-doc nº 07010322685202024 – Remessa do Procedimento Administrativo nº 201/17322 à 23ª Promotoria de Justiça da Capital (22ª P.J. da Capital);
15. Expedientes comunicando firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:
1. E-doc nº 07010321858202097 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000231 (P.J. de Palmeirópolis);
2. E-doc nº 07010322774202071 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);
3. E-doc nº 07010322772202081 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);

4. E-doc nº 07010322816202073 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);
5. E-doc nº 07010322780202028 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);
6. E-doc nº 07010322789202039 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000405 (P.J. de Palmeirópolis);
7. E-doc nº 07010322896202067 - Inquérito Civil Público nº 2028.0009608 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
16. Expediente informando Aditamento de Portaria de instauração de Procedimento Extrajudicial:
  1. E-doc nº 07010322778202059 - Procedimento Administrativo nº 2019.0005438 (28ª P.J. da Capital);
17. Expediente comunicando Retificação de Portaria de Instauração de Procedimentos Extrajudiciais:
  1. E-doc nº 07010322059202038 – Inquérito Civil Público nº 2019.000005209 (P.J. de Ananás);
18. Expediente informando Retificação de Recomendação expedida em Procedimentos Extrajudiciais:
  1. E-doc nº 07010321026202071 - Inquérito Civil Público nº 2019.0008042 (P.J. de Palmeirópolis);
19. Expedientes comunicando prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Extrajudiciais:
  1. E-doc nº 07010320330202017 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008055 (P.J. de Xambioá);
  2. E-doc nº 07010320372202031 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009430 (P.J. de Itacajá);
  3. E-doc nº 07010320373202086 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009433 (P.J. de Itacajá);
  4. E-doc nº 07010320462202022 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010280 (6ª P.J. de Gurupi);
  5. E-doc nº 07010320556202018 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009857 (28ª P.J. da Capital);
  6. E-doc nº 07010320552202013 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003063 (28ª P.J. da Capital);
  7. E-doc nº 07010320531202014 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009350 (P.J. de Wanderlândia);
  8. E-doc nº 07010320567202081 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007598 (P.J. de Araguaína);
  9. E-doc nº 07010320622202033 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003171 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
  10. E-doc nº 07010320739202017 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007598 (12ª P.J. de Araguaína);
  11. E-doc nº 07010320663202021 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010431 (P.J. de Palmeirópolis);
  12. E-doc nº 07010321158202019 - Inquérito Civil Público nº 054/2009 (6ª P.J. de Araguaína);
  13. E-doc nº 07010321178202073 - Inquérito Civil Público nº 054/2017 (6ª P.J. de Araguaína);
  14. E-doc nº 07010321123202063 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009925 (2ª P.J. de Colméia);
  15. E-doc nº 07010321763202073 - Inquérito Civil Público nº 03/2016 (1ª P.J. de Arraias);
  16. E-doc nº 07010321763202073 - Inquérito Civil Público nº 012/2016 (1ª P.J. de Arraias);
  17. E-doc nº 07010321763202073 - Inquérito Civil Público nº 01/2017 (1ª P.J. de Arraias);
  18. E-doc nº 07010321869202077 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007572 (2ª P.J. de Colméia);
  19. E-doc nº 07010321863202016 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007419 (2ª P.J. de Colméia);
  20. E-doc nº 07010321877202013 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005454 (2ª P.J. de Colméia);
  21. E-doc nº 07010321877202013 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010275 (2ª P.J. de Colméia);
  22. E-doc nº 07010321875202024 - Inquérito Civil Público nº 2018.0003805 (2ª P.J. de Colméia);
  23. E-doc nº 07010321873202035 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005979 (2ª P.J. de Colméia);
  24. E-doc nº 07010321872202091 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005779 (2ª P.J. de Colméia);
  25. E-doc nº 07010322123202081 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007479 (P.J. de Paranã);
  26. E-doc nº 07010322062202051 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003267 (P.J. de Aurora do Tocantins);
  27. E-doc nº 07010322179202035 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009464 (3ª P.J. de Guaraí);
  28. E-doc nº 07010322208202069 - Inquérito Civil Público nº 053/2015 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
  29. E-doc nº 07010322323202033 - Inquérito Civil Público nº 021/2012 (6ª P.J. de Gurupi);
  30. E-doc nº 07010322327202011 - Inquérito Civil Público nº 008/2016 (P.J. de Xambioá);
  31. E-doc nº 07010322418202057 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002131 (P.J. de Ananás);
  32. E-doc nº 07010322316202031 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000128 (P.J. de Ponte Alta do Tocantins);
  33. E-doc nº 07010322308202095 - Inquérito Civil Público nº 2017.00016536 (P.J. de Palmeirópolis);
  34. E-doc nº 07010322253202013 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001190 (P.J. de Araguaçu);

35. E-doc nº 07010322243202088 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007489 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
36. E-doc nº 07010322227202095 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007488 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
37. E-doc nº 07010322289202013 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006929 (27ª P.J. da Capital);
38. E-doc nº 07010322535202011 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001965 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
39. E-doc nº 07010322437202083 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010091 (1ª P.J. de Taguatinga);
40. E-doc nº 07010322639202025 - Inquérito Civil Público nº 048/2016 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
41. E-doc nº 07010322639202025 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007574 (2ª P.J. de Colméia);
42. E-doc nº 07010322663202064 - Inquérito Civil Público nº 004/2014 (P.J. de Ponte Alta do Tocantins);
43. E-doc nº 07010322925202091 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010530 (8ª P.J. de Gurupi);
44. E-doc nº 07010323228202057 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003477 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
45. E-doc nº 07010323607202047 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008198 (1ª P.J. de Miranorte);
46. E-doc nº 07010323746202071 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005497 (7ª P.J. de Porto Nacional);
47. E-doc nº 07010323748202061 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005854 (7ª P.J. de Porto Nacional);
48. E-doc nº 07010323794202069 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005857 (7ª P.J. de Porto Nacional);
49. E-doc nº 07010323821202011 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007756 (7ª P.J. de Porto Nacional);
50. E-doc nº 07010323695202087 - Inquérito Civil Público nº 015/2017 (8ª P.J. de Porto Gurupi);
51. E-doc nº 07010323959202019 - Inquérito Civil Público nº 020/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
52. E-doc nº 07010323862202091 - Inquérito Civil Público nº 2018.0009406 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
53. E-doc nº 07010324012202017 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008906 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
54. E-doc nº 07010324026202022 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008904 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
55. E-doc nº 07010320416202023 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003203 (14ª P.J. de Araguaína);
56. E-doc nº 07010321934202064 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003276 (1ª P.J. de Taguatinga);
57. E-doc nº 07010322036202023 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003712 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
58. E-doc nº 07010322225202012 - Procedimento Preparatório nº 2019.0006690 (22ª P.J. da Capital);
59. E-doc nº 07010322224202051 - Procedimento Preparatório nº 2019.0006685 (22ª P.J. da Capital);
60. E-doc nº 07010322662202011 - Procedimento Preparatório nº 2019.0003466 (12ª P.J. de Araguaína);
61. E-doc nº 07010320537202075 - Procedimento Administrativo nº 2018.0010413 (9ª P.J. de Araguaína);
62. E-doc nº 07010320921202078 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007114 (3ª P.J. de Araguaína);
63. E-doc nº 07010320947202016 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008569 (7ª P.J. de Porto Nacional);
64. E-doc nº 07010320939202071 - Procedimento Administrativo nº 2018.0009064 (3ª P.J. de Araguaína);
65. E-doc nº 07010320936202036 - Procedimento Administrativo nº 2018.0010005 (28ª P.J. da Capital);
66. E-doc nº 07010321361202079 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006914 (7ª P.J. de Porto Nacional);
67. E-doc nº 07010321867202088 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007658 (2ª P.J. de Colméia);
68. E-doc nº 07010321866202033 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007656 (2ª P.J. de Colméia);
69. E-doc nº 07010321865202099 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007657 (2ª P.J. de Colméia);
70. E-doc nº 07010321874202081 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002246 (P.J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
71. E-doc nº 07010322046202069 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007836 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
72. E-doc nº 07010322490202084 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007832 (2ª P.J. de Colinas do Tocantins);
73. E-doc nº 07010322679202077 - Procedimento Administrativo nº 2018.0010477 (2ª P.J. de Colméia);
74. E-doc nº 07010322660202021 - Procedimento Administrativo nº 2019.0003688 (12ª P.J. de Araguaína);
75. E-doc nº 07010320130202048 - Inquérito Civil Público nº 2018.0010051 (8ª P.J. de Gurupi);
76. E-doc nº 07010320161202015 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006808 (P.J. de Natividade);
77. E-doc nº 07010320163202098 - Inquérito Civil

Público nº 2018.0006791 (P.J. de Natividade);

78. E-doc nº 07010320164202032 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006801 (P.J. de Natividade);

79. E-doc nº 07010320165202087 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006811 (P.J. de Natividade);

80. E-doc nº 07010320369202018 – Inquérito Civil Público nº 2018.0009434 (P.J. de Itacajá);

81. E-doc nº 07010320370202042 – Inquérito Civil Público nº 2018.0009174 (P.J. de Itacajá);

82. E-doc nº 07010320373202086 – Inquérito Civil Público nº 2018.0009433 (P.J. de Itacajá);

83. E-doc nº 07010320715202068 – Inquérito Civil Público nº 04/2016 (2ª P.J. de Augustinópolis);

84. E-doc nº 07010321074202069 – Inquérito Civil Público nº 07/2016 (9ª P.J. de Araguaína);

85. E-doc nº 07010321675202071 – Inquérito Civil Público nº 28/2016 (5ª P.J. de Araguaína);

86. E-doc nº 07010321711202013 – Procedimento Preparatório nº 2019.0006445 (22ª P.J. da Capital);

87. E-doc nº 07010321713202096 – Procedimento Preparatório nº 2019.0006501 (22ª P.J. da Capital);

88. E-doc nº 07010321710202052 – Procedimento Preparatório nº 2017.0000657 (P.J. de Xambioá);

89. E-doc nº 07010321019202079 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008182 (3ª P.J. de Araguaína);

90. E-doc nº 07010321018202024 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000693 (3ª P.J. de Araguaína);

91. E-doc nº 07010321020202011 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000929 (3ª P.J. de Araguaína);

92. E-doc nº 07010323103202027 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008075 (7ª P.J. de Gurupi);

20. Expedientes encaminhando, para ciência, recomendações expedidas em Procedimentos Extrajudiciais:

1. E-doc nº 07010320457202011 - Inquérito Civil Público nº 2019.0001775 (4ª P.J. de Porto Nacional);

2. E-doc nº 07010320179202017 - Inquérito Civil Público nº 2019.0001774 (4ª P.J. de Porto Nacional);

3. E-doc nº 07010321026202071 - Inquérito Civil Público nº 2019.0001778 (4ª P.J. de Porto Nacional);

4. E-doc nº 07010322683202035 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000448 (P.J. de Palmeirópolis);

5. E-doc nº 07010324003202018 - Inquérito Civil Público nº 2020.0000422 (P.J. de Palmeirópolis);

21. Outros assuntos:

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 06 de fevereiro de 2020.

Maria Cotinha Bezerra Pereira  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do CSMP/TO

## 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PAD/0328/2020

Processo: 2020.0000460

#### PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, que exerce suas atribuições na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, em substituição automática, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CR/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea "d" da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajudicial para a efetividade da função resolutoria;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

**O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);**

**Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 – CNMP).**

**Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando apurar eventual omissão do Poder Público em disponibilizar exames de Eletroencefalograma e Ressonância de Crânio à adolescente C.S.B.**

**Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:**

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

1. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;
2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo CNMP 002/2017);
3. Oficie-se ao NATJUS Estadual e a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Fé do Araguaia/TO em 10 (dez) dias;
4. Nomeie a Auxiliar Técnica Jamilla Pêgo Oliveira Sá como secretária deste feito;
5. Ao final, **cientifique-se o noticiante da decisão de**

**arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.**

Gabinete da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO, data no campo de inserção do evento.

ARAGUAÍNA, 05 de fevereiro de 2020

Documento assinado por meio eletrônico  
LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK  
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PAD/0330/2020**

Processo: 2020.0000461

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, que exerce suas atribuições na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, em substituição automática, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CR/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

**O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);**

**Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 – CNMP).**

**Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando apurar eventual omissão do Poder Público em disponibilizar colete ortopédico à criança S.D.S.S.**

**Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:**

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

1. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;
2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo CNMP 002/2017);
3. Oficie-se ao NATJUS Estadual e ao Núcleo de Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína em 10 (dez) dias;
4. Nomeie a Auxiliar Técnica Jamilla Pêgo Oliveira Sá como secretária deste feito;
5. Ao final, **cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.**

Gabinete da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO, data no campo de inserção do evento.

ARAGUAÍNA, 05 de fevereiro de 2020

Documento assinado por meio eletrônico  
LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK  
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

## 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/0329/2020

Processo: 2019.0003406

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, substituto automático da 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 12 e seguintes da Resolução nº 005/2018, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório dando conta de supostas irregularidades no direcionamento em diversos procedimentos licitatórios no âmbito da Prefeitura de Aragominas-TO;

CONSIDERANDO que as condutas noticiadas podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração e ao erário, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

CONSIDERANDO que os presentes autos não foram autuados como procedimento extrajudicial, conforme tabela taxonômica do CNMP;

RESOLVE:

Instaurar **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO** com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas, determinando, para tanto, as seguintes providências:

- 1) Registre-se e autue-se a presente portaria, instruindo-a com a documentação mencionada;
- 2) Designo os servidores lotados na 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína para secretariar o feito;
- 3) Oficie-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins dando ciência da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 14 da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO;
- 4) Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína lavrando-se a respectiva certidão;
- 5) Façam-se os autos conclusos para análise.

Cumpra-se.

ARAGUAINA, 05 de fevereiro de 2020

Documento assinado por meio eletrônico  
TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO  
14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTINÓPOLIS

### 920469 - DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2019.0000054

#### Inquérito Civil Público nº 2019.0000054

Assunto: Apuração dos fatos – Irregularidades apontadas no Relatório Circunstanciado de Fiscalização do COREN no serviço de enfermagem do Hospital Regional de Augustinópolis/TO

Interessado: Ministério Público Estadual

Trata-se de Inquérito Civil (Portaria Nº 0018/2019), instaurado para averiguar irregularidades apontadas no Relatório Circunstanciado de Fiscalização do COREN no serviço de enfermagem do Hospital Regional de Augustinópolis/TO.

A princípio, aportou-se nesta promotoria de justiça a notícia de fato relatando as irregularidades no âmbito do serviço de enfermagem do

Hospital Regional de Augustinópolis/TO. Deste modo, foi oficiado o COREN para informar se houve providências adotadas pelo Hospital para regularizar as deficiências.

Em resposta, a Presidente do COREN, a Sra. Ana Paula Delfino, informou que foi nos dias 08 e 09 de agosto de 2018 foi realizado a ação de fiscalização do exercício profissional da enfermagem no Hospital Regional de Augustinópolis/TO para fins de verificar se foram sanadas as irregularidades, todavia, informou que as irregularidades ainda persistiam.

Diante dessa informação, fora oficiado o Hospital de Augustinópolis/TO para oferecer resposta sobre o Relatório do COREN em relação as irregularidades. Em resposta, a Coordenadora de Enfermagem, a Sra. Sheila Cristina, informou que algumas irregularidades haviam sido sanadas, bem como estava providenciando sanar as demais irregularidades (evento nº 7).

Assim, foi encaminhado a resposta da Diretoria do Hospital de Augustinópolis/TO para o COREN se pronunciar e esclarecer se há necessidade de manutenção deste procedimento. No entanto, até a presente data não respondeu o expediente, conforme eventos nº/s 09 e 10.

É importante frisar que o procedimento em epígrafe desencadeou diversas diligências sobre este objeto e percebeu-se que as medidas tomadas pelo HRA é suficiente para resolução da questão.

Em suma, o Hospital realizou providências para sanar as irregularidades apontadas no Relatório do COREN.

É a síntese do necessário.

Diante da análise fática do caso em concreto, isto é, a apuração das irregularidades apontadas no Relatório Circunstanciado de Fiscalização do COREN no serviço de enfermagem do Hospital Regional de Augustinópolis/TO, constatou-se que o COREN não respondeu os expedientes (evento 09 e 10), o que demonstra sua falta de interesse no andamento deste procedimento. Ademais, em resposta o HRA (evento 7) informa que medidas estão sendo adotadas para sanar todas as irregularidades.

Logo, na ausência de irregularidades, não se justifica mais a instauração deste ICP. Bem como, não há denúncia nova que registre uma necessidade imediata de acompanhamento referente ao caso em apreço e que justifique o prolongamento dos autos.

Pelo exposto, promovo o **arquivamento** do presente Inquérito Civil Público e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e 18, I da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO.

Cientifique-se o interessado (artigo 18, § 1º, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO).

Após, remetam-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, observado o prazo previsto no artigo 9º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85.

AUGUSTINOPOLIS, 05 de fevereiro de 2020

Documento assinado por meio eletrônico  
RUTH ARAÚJO VIANA  
02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTINÓPOLIS

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRÓPOLIS

## 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

**RECOMENDAÇÃO****PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/0331/2020**

Processo: 2020.0000422

Processo: 2019.0005056

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, através de seu órgão ministerial que abaixo subscreve, no uso das atribuições previstas no art. 129, II, VII e IX da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n.º 8.625/1993, art. 6º, XX da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 4º, IX da Resolução n.º 20/2007 – CNMP;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 25, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93; e art. 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08) e regulamentares (Resolução n.º 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei Federal n.º 8.625/93 e 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93, expedir recomendações visando ao efetivo respeito dos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com a seguinte configuração:

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pela Administração Pública, dos princípios constitucionais e infralegais que a regem, sobretudo, no caso, o da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da laicidade do Estado;

CONSIDERANDO que na ordem constitucional em vigor existe a separação total entre Estado e Igreja;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil é leiga ou laica, isto é, não professa nenhuma religião, embora – no capítulo dos direitos e garantias fundamentais – a Constituição considere inviolável a liberdade de consciência e de crença, além de assegurar o livre exercício dos cultos religiosos e garantir, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

CONSIDERANDO ser certo que a norma constitucional ressalva a colaboração de interesse público, a ser executada na forma da lei, o que pressupõe que o Poder Público possa até incentivar ou fomentar alguma atividade desenvolvida por instituições, grupos ou agentes religiosos, desde que presente o interesse público, atendidos os critérios estabelecidos por lei, o que não ocorre no caso em exame;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em vigor proíbe o Estado de estabelecer cultos ou subvencioná-los, e a destinação de área pública para a construção de templo religioso não atende ao pressuposto do interesse público, mas sim o interesse da própria Igreja e de seus fiéis seguidores, é patente a violação, na espécie, do disposto no art. 19, inciso I, da referida Carta Política;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de acordo com a moldura fixada pela Constituição Federal de 1988, deve velar pela intangibilidade da ordem jurídica e salvaguardar os interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF/88);

RESOLVE RECOMENDAR:

À Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Palmeirópolis/TO que:

1. Coloque em pauta a revogação/anulação da Lei Municipal n.º 468/2019, que permitiu a doação de terreno para a construção de templo da denominação religiosa Igreja Assembleia de Deus Pentecostal Ministério Despertar.

A presente recomendação serve como mandado de notificação e deve ser entregue na Câmara Municipal de Vereadores, com a aposição do “ciente e de acordo” ou apenas “ciente” da Presidente caso com ela não convirja.

Cumpra-se.

PALMEIROPOLIS, 05 de fevereiro de 2020

PORTO NACIONAL, 05 de fevereiro de 2020

Documento assinado por meio eletrônico

CÉLEM GUIMARAES GUERRA JUNIOR

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIROPOLIS

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO

07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



**PALMAS-TO, SEXTA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 2020**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS**

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Procuradora-Geral de Justiça

**MARCOS LUCIANO BIGNOTTI**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA**  
Chefe de Gabinete da P.G.J.

**PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA**  
Promotor de Justiça Assessor do P.G.J.

**CYNTHIA ASSIS DE PAULA**  
Promotora de Justiça Assessor da P.G.J.

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

**ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI**  
Procuradora de Justiça

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Procuradora de Justiça

**MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA**  
Procurador de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

**ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI**  
Membro

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Corregedor-Geral

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral Substituto

**BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO**  
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

**OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Ouvidora

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**

**OCTAHYDES BALLAN JUNIOR**  
Coordenador

**DIRETORIA DE EXPEDIENTE**

Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais - AOPAO

**EMANUELLA SALES SOUSA OLIVEIRA**  
Diretora

**N° 930**



A autenticidade do DOMP/TO pode ser conferida no link: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> com a chave que se encontra no rodapé da página ou pelo Código QR.

Endereço: 202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, Palmas-TO, Fone: (63) 3216-7604  
<https://www.mpto.mp.br/porta/servicos/diario-oficial>